



## A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS PROCESSOS DE PESQUISA E FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DO ECOEDUCADOR

SUMIKA SOARES DE FREITAS HERNANDEZ-PILOTO

### RESUMO

Torna-se urgente a reconstrução de um outro projeto societário, em seu interior um novo projeto educativo. Ressignificar o conceito de ambiente e totalidade, numa perspectiva socioambiental é urgente e necessária no âmbito educacional, tanto nacional quanto localmente. Desse modo, esse trabalho pretende indicar possibilidades e limites no âmbito de um curso de Extensão intitulado Formação de eco educadores a partir do Laboratório Vivo, ocorrido durante a pandemia, adaptado para o modo online, realizado no âmbito do projeto de Extensão Laboratório Vivo: propostas de educação científica sustentável no Instituto Federal do Espírito Santo. (PROEX-Ifes, 2020). Desse modo, a referida proposta apresenta uma série de formações no âmbito formal (curricular) em articulação com movimentos instituintes (não formais) envolvendo o território vivido, tendo como *locus* a cidade de Vitória/ES/Brasil, como exemplo o Coletivo Educador Ambiental de Vitória (Coleduc 2006-2011) desenvolvido na Cidade de Vitória, com formações de Conselheiros escolares, que dentre outras produções acadêmico - sociais, gerou uma tese intitulada “A gestão democrática como ponto de partida para a formação de ecoeducadores para sociedades sustentáveis” (LOBINO, 2010), inspirada e referenciada a partir da Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA(Brasil, 1999) e do Programa Nacional de Educação Ambiental-ProNEA (Brasil, 2005), que balizaram o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (PROFEA, 2006) no âmbito do Órgão Gestor Nacional com o objetivo de enraizamento da EA no país. Todo escopo legal foi construído em sinergia com a histórica identidade crítica e popular na área no Brasil e na América Latina (LOUREIRO, 2009;2007) e ainda considera a realidade local da municipalidade de Vitória/ES,

**Palavras-chave:** Educação Socioambiental; Conselhos Escolares; Território.

### 1 INTRODUÇÃO

No âmbito dos processos formativos destaca-se o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) *por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade* (ProFEA,2006) elaborado pelos Ministérios do Meio Ambiente e Educação que constituem o Órgão Gestor da Política Nacional de EA (OGNEA).

Em que pese as iniciativas do OGNEA em estimular e apoiar processos formativos para promover o enraizamento da EA no país. Por outro lado, devido à estrutura de Estado, quem executa as políticas públicas na Educação básica, majoritariamente, são os Estados e os Municípios. No mesmo passo, a lei nº 9795 de 1999, art.11, estabelece que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professor, em todos os níveis e em todas disciplinas”.

Em 2006, uma pesquisa do Inep/MEC constatou que 94% das escolas brasileiras praticam Educação Ambiental. Entretanto, pesquisadores como Guimarães (2004) e outros constatam que as práticas realizadas em EA na educação formal, em geral, são projetos

desarticulados do projeto pedagógico e do currículo, propostos e executados por um profissional “afim” com o tema.

Porém, tais ações afirmam-se e desenvolvem-se sob uma diversidade de práticas pedagógicas e concepções diversas, limitando a EA ao senso comum do “verde”, da preservação da natureza por meio de boas ações individuais e, conseqüentemente, afastando-a da possibilidade de ser utilizada como instrumento do projeto de mudança social. Um grupo de militantes e pesquisadores defendem que a EA deva ser desenvolvida de maneira a levar o indivíduo a explicitar as contradições vivenciadas e apontar possíveis superações socioambientais e mudar o meio em que vive por meio de processos coletivos, não somente a conceber a natureza meramente utilitária, ou seja como um mero recurso a ser explorado e dominado como é marcado nos livros didáticos, nas cartilhas e, nas formações iniciais e continuadas, azeitadas por um modelo gerencial de gestão, contrariando o que está previsto na constituição cidadã de 1988 l, ou seja “gestão democrática da escola pública” como um dos princípios da Educação nacional.

Assim, a EA concebida pelo coletivo docente como premissa do Projeto Pedagógico Escolar balizará todo o currículo vivido com a cultura da sustentabilidade e ao dialogar com os espaços não formais do território, portanto o que denomina-se de “educação não formal” contribuirá para a produção do saber científico sustentável na medida em que atua no campo onde os indivíduos operam como cidadãos. Ou seja, pode-se dizer que ocorrerá a síntese do saber popular com o científico sustentável.

Em pesquisa realizada durante o Coleduc (Coletivo Educador Ambiental), no Espírito Santo, Brasil, pudemos constatar que é possível ainda, articular o conhecimento das representações dos diferentes segmentos sociais presentes nos Conselhos Escolares. Pesquisas realizadas por Vaccari (2021), reafirmam que a participação de um membro da comunidade foi tão intensa e presente na manutenção do Laboratório Vivo (oficinas) de uma escola municipal, que os participantes da banca de defesa da sua dissertação, indicaram que o conselheiro sr. Edmar fosse co-autor do Produto Educacional (PE) da pesquisadora em questão, já tem seu trabalho de dissertação apresentou um produto educacional m sua defesa no Mestrado Profissional EducMat no IFES.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

O Curso de Extensão intitulado Formação de eco educadores a partir do Laboratório Vivo, foi realizado no âmbito do projeto de Extensão Laboratório Vivo: propostas de educação científica sustentável. (PROEX-Ifes, 2020). Inicialmente aprovado para ser realizado presencialmente de 2020-2021, a equipe executora reuniu e decidiu realizar uma adaptação para o modo remoto que devido às excepcionalidades impostas pelo momento pandêmico da Covid-19, foram realizadas de modo remoto, por meio da plataforma de web conferência por videochamadas Google Meet.

O trabalho teve como foco de estudo o processo de planejamento, execução e avaliação das ações do referido curso de Extensão “Formação de Eco educadores a partir do laboratório vivo” composto de dez oficinas temáticas, conforme quadro abaixo.

A lógica da sequência das oficinas é orientada pela trilogia sol-Terra-território vivido. Visa estabelecer diálogo entre os saberes populares e científicos, mostrando com Lefebvre (1987) que o conhecimento tradicional (popular) não é não científico, mas uma etapa do conhecimento científico, visa ainda despertar para o pertencimento local historicamente situado dialetizando com as questões global, indicando a urgência conceber o ambiente numa visão de ambiente totalidade. Registra-se ainda características da pesquisa-ação (TOZONI-REIS,2005), BARBIER (1985)), invocando o “fazer com”, negando o “fazer para).

As reuniões de planejamento e feedback da equipe executora foram também realizadas

quinzenalmente, às quintas-feiras da semana consecutiva à da aplicação de cada oficina, das 18h30 às 21h00. Enquanto as oficinas temáticas ocorreram entre um intervalo de 15 em 15 dias, geralmente nas quintas-feiras, às 18h30 - horário definido em consonância e consulta aos participantes por meio de informações coletadas em formulários aplicados pelo Google Forms aos sujeitos envolvidos. Nelas foram abordados questões e conceitos chaves de educação ambiental, utilizando da trilogia “Sol-terra- território vivido”, concebidas, planejadas e realizadas virtualmente através do AVA -Cefor. Curso, seguindo e adaptado ao um roteiro segundo o livro Plantando conhecimento, colhendo cidadania. (2004), bem como os referenciais teóricos metodológicos e epistemológicos, atinentes às pesquisas no campo da EA e da Educação

O curso teve um total de 11 oficina temáticas onde uma pesquisadora do Programa EDUCIMAT registrava para compor seu campo da intervenção de pesquisa com o objetivo de analisar o curso de Formação

**Quadro 1:** Relação de oficinas desenvolvidas pelo Laboratório Vivo

| Título da oficina                                                                                       | Professor (a)                                                         |                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Onde estamos? Sol, Terra, Território Vivido                                                             | Marco Godinho<br>Therezinha de Jesus Chancalov<br>Lovat               | Ex-integrante da Associação Astronômica Galileu Galilei (AAGG), consultor autônomo Prof. de Ciências da PMV e egressa do Educimat |
| Reconhecendo o Território Vivido, Vitória: diversidade de ambientes e pedagogias em múltiplas paisagens | Idelvon da Silva Poubel                                               | Geógrafo, SEMMAM/PMV e doutorando Ufes                                                                                            |
| Ocupando Território: Hortas Urbanas e Comunitárias                                                      | Henriqueta Tereza do Sacramento<br>Geneilcimar Ferreira               | Médica, SEMUS/PMV. doutoranda em Saúde/Ufes<br>Agrônomo, SEMUS/PMV                                                                |
| Demarcando o território: geografia, geometria e matemática                                              | Ludmila Lessa Lorenzoni<br>Vaccari                                    | Prof. da rede municipal Serra e de Vitória-mestranda do Educimat                                                                  |
| Polinizar & Ação: meliponários como estratégia integradora para o Laboratório                           | Isabel De Conte Carvalho<br>de Alencar Christyan Lemos<br>Bergamaschi | Prof. de Biologia, Ifes Vitória<br>Prof. de Ciências, Sesi/Cariacica e doutorando do Educimat                                     |

|                                                                                               |                                                           |                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| Flores & ambiente:<br>CTS/CTSA                                                                | Fernanda Santana Santos<br>Francieli Lorenzon<br>Carvalho | Mestrandas do Educimat                                            |
| Sexualidade a partir<br>das flores                                                            | Joel Almeida Neto                                         | Prof. de Biologia da rede estadual<br>e egresso do Educimat       |
| Escola Sustentável:<br>Diálogo entre escola e<br>comunidade                                   | Rosieli Geraldina Merotto<br>Foletto                      | Prof. de Educação Infantil- PM<br>Aracruz e mestranda do Educimat |
| Da horta ao Laboratório<br>Vivo: Caminhos para uma<br>Alfabetização Científica<br>Sustentável | Maria das Graças Ferreira<br>Lobino                       | Prof. do Ifes Vila Velha                                          |
| Saúde Integral na<br>Perspectiva das Práticas<br>Integrativas e<br>Complementares             | Henriqueta Tereza do<br>Sacramento                        | Médica, SEMUS/PMV.<br>doutoranda em Saúde/Ufes                    |

**Fonte:** Relatório PROEX (2022).

O objetivo inicial geral do Projeto em questão foi “Promover ações educativas transversais e integradoras do conhecimento a partir da horta e do meliponário convertidos em laboratório vivo, espaço de Ensino, Pesquisa, Extensão e formação para a cidadania”. E ainda, desenvolver e aplicar metodologia capaz de transformar a horta e o meliponário em um laboratório vivo a partir de temas transversais relacionados a meio ambiente, cidadania e ciência e tecnologia.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Lobino (1999), os conselhos de escola nos parecem um campo fértil para a promoção de um território sustentável, desse modo definiu-se como objetivo geral deste debate, analisar as possibilidades e os limites de se implementar a formação de ecoeducadores no contexto da gestão democrática, a partir da comunidade escolar e local.

Essa tem sido a proposta do Coletivo Educador Ambiental como possibilidade de fortalecimento da EA como eixo articulador entre o projeto político pedagógico escolar e os conselhos escolares, identificando os limites e as possibilidades na formação de eco educadores. Nesse aspecto, entendemos que os conselhos escolares são espaços potenciais na promoção da gestão democrática, isso se articulado a um conhecimento inter/transdisciplinar a ser construído pelo enfrentamento democrático das ideias, fomentando o conhecimento que problematize e aguce a curiosidade e o interesse dos diferentes sujeitos, tornando-o mais legítimo e representativo das necessidades reais do ambiente em suas inter-relações e complexidades.

### 4 CONCLUSÃO

A exclusão social e a depredação socioambiental são processos intercomplementares se tomarmos a totalidade como categoria de análise da realidade historicamente situadas. Desse modo, as mudanças socioculturais ocorridas no século XX alavancadas pelos avanços das tecnologias digitais e informacionais, portanto ciência & tecnologia, sob a égide da globalização econômica. Esse movimento tem contribuído para o esgarçamento do tecido social, do esvaziamento dos direitos civis, sociais trabalhistas e difusos conquistados enfraquecendo, inclusive, as democracias liberais.

Nesse cenário, torna-se urgente a reconstrução de um outro projeto societário, em seu interior um novo projeto educativo.

Desse modo, é concreto e enorme o desafio pela urgência de se instaurar a cultura da sustentabilidade da vida, ou seja, promover uma releitura de mundo onde a vida em todas suas relações e contradições seja centralidade.

Desse modo é a escola, que deve ser considerada como locus privilegiado de intervenção no território vivido, a partir do Conselho de Escola como espaço das relações dos diferentes saberes e práticas a partir da sua legitimidade e representatividade, capaz, portanto, de promover a articulação em seu território vivido potencializando os diferentes espaços não formais com ampliação de conhecimento científico vivido.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, R. A pesquisa-ação instituição na educativa. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm). Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA: documento básico. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3.ed. Brasília, 2005.

LOBINO, M. G. F. A gestão democrática como ponto de partida para a formação de ecoeducadores para sociedades sustentáveis. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – /UAA, 2010.

LOBINO, M. G. F. Plantando conhecimento, colhendo cidadania: Plantas Medicinais uma experiência transdisciplinar. Programa de Comunicação Ambiental CST-Escolas, 2004.

LOUREIRO, C. B. F. & COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que dizem as escolas que dizem que fazem educação ambiental”. In: Vamos cuidar do Brasil. Conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. MEC/CGE-MMA/DEA:UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. (org.). Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento. Salvador: Instituto do Meio Ambiente, 2009.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Compartilhando saberes: pesquisa ação educativa ambiental. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Coord.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 269-276.

VACCARI, L. L. L. O Laboratório Vivo como artefato pedagógico: possibilidades de Alfabetização Científica sustentável por abordagem curricular temática nos anos iniciais da Educação Básica. 2021. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e

Matemática) – Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.